

# A “MARCA AMAZÔNIA” COMO FORMA DE VIABILIZAR NOVAS OPORTUNIDADES ECONÔMICAS

Márcia Gonçalves Rodrigues<sup>1</sup>  
Giuliano Marcon

O Brasil como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assumiu um compromisso internacional frente à questão da conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Se por um lado, a proteção da diversidade biológica e o seu uso sustentável envolve aspectos de soberania nacional, de limites ao direito de propriedade, de ética e suas inter-relações, por outro lado sua importância econômica tem sido cada vez mais realçada.

Em seu artigo primeiro, a CDB estabelece “a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a participação justa e equitativa dos benefícios que derivem de utilização dos recursos genéticos, mediante, entre outras coisas, um acesso adequado a estes recursos e uma transferência adequada de tecnologias pertinentes, tendo em conta todos os direitos sobre estes recursos e essas tecnologias, assim como um financiamento apropriado.”

Acreditamos que “a repartição justa e equitativa” não poderia significar outra coisa senão uma perspectiva positiva para os países pobres, econômica e tecnologicamente, mas ricos em biodiversidade. Nesse sentido a CDB foi o primeiro documento de caráter internacional a reconhecer a soberania nacional de um país sobre os recursos genéticos localizados em seu próprio território.

A CDB pode ser um avanço nas relações entre países desenvolvidos, detentores de tecnologia, e os menos desenvolvidos, em sua maioria localizados na região tropical, onde se concentra a maior diversidade do planeta.

No entanto, a análise dos fatos nos faz questionar: onde está o equilíbrio entre o incentivo à exploração de novas descobertas e a utilização e preservação do patrimônio biológico? Através de um mecanismo de proteção como a CDB,

---

<sup>1</sup> Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – Atech

e-mail: [marcia@atech.br](mailto:marcia@atech.br)

deveriam ser estimuladas as transferências de tecnologias, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento social.

A sociedade internacional reconhece a fragilidade das relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A crise econômica e social por que passam os países marginalizados e em desenvolvimento (potências marginais como o Brasil), serve de alerta aos técnicos e políticos e à sociedade civil organizada.

As nações devem se unir desenvolvendo um sentimento de auto-defesa e solidariedade de modo que não fiquem tão expostas à especulação de grupos transnacionais, às políticas protecionistas dos grandes países e ao estrangulador mecanismo do endividamento fácil. Como investir em desenvolvimento sócio-econômico e proteção dos recursos naturais quando se pagam anualmente bilhões de dólares só de juros pelas dívidas?

Países emergentes como o Brasil, estão em processo de estruturação econômica e social e esta fase de transição implica no estabelecimento de políticas internas para ajuste às demandas externas. Entre estas demandas está o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento econômico e social nacional, além de uma estratégia específica para a Amazônia (que representa um especial foco de interesse internacional em função de toda a sua riqueza biológica e não-biológica).

O diálogo entre setores interessados (os órgãos do governo, a classe empresarial, a sociedade civil organizada e a academia) tem apontado que a estratégia para a resolução do desenvolvimento da Amazônia deve resultar da sintonia de atuação na gestão da biodiversidade e na gestão de áreas alteradas (ROMEIRO e REYDON, 1998).

Até o momento, as principais experiências de gestão da biodiversidade tiveram iniciativas partindo do terceiro setor. As poucas ações consolidadas em políticas governamentais, como no Programa Amazônia Solidária, por exemplo, tiveram sua continuidade comprometida ao longo do tempo.

Uma avaliação preliminar de 6 dos 120 subprojetos (PD/A) financiados pelo PPG7, até o momento, apontou que os projetos tiveram retorno financeiro positivo e impacto social favorável (oportunidades de emprego e aumento de

renda familiar), além de melhoria em alguns indicadores ambientais locais (redução da erosão do solo e conservação dos remanescentes florestais). Embora estes projetos apresentassem falhas de capacitação institucional e de coleta de dados que permitissem o seu acompanhamento, todos apresentaram potencial para replicabilidade.

O modelo colonialista de desenvolvimento até então praticado (extrativismo indiscriminado de recursos) é comprovadamente ineficiente na distribuição de renda e repartição de benefícios em geral. Os resultados positivos de experiências de gestão da biodiversidade amazônica, como os PD/As do PPG7, acenam com uma possibilidade viável de uma nova abordagem no desenvolvimento.

O maior desafio está em replicar esta abordagem numa mega-escala como é o universo amazônico. De onde viriam os recursos para o desenvolvimento de tecnologias amazônicas, a sua disseminação e adaptação, no caso dos projetos bem sucedidos?

Muitos autores sugerem que a renda das atividades extrativistas deva ser complementada com uma renda referente ao serviço de gestão da biodiversidade inerente a essas atividades. Os recursos para tanto seriam providos não apenas pelo governo brasileiro mas também pela comunidade internacional beneficiária que é da preservação da biodiversidade e demais serviços ambientais proporcionados pela floresta (ciclo carbono, regulação climática, etc.) (ROMEIRO e REYDON, 1998).

Neste sentido, fazemos uma proposta para a efetivação da tão discursada "marca amazônia<sup>2</sup>", estabelecendo-se um **Fundo** para a garantia de recursos que viabilizem de fato o desenvolvimento sustentável da região, e não apenas o desenvolvimento de projetos demonstrativos.

A aplicação da "marca amazônia" se traduz na incorporação do valor econômico da biodiversidade no custo de conservação e produção dos seus produtos, associada às medidas que incorporem os custos econômicos dos vários tipos de degradação ambiental (incluindo a própria agricultura nas áreas alteradas).

---

<sup>2</sup> Uma pesquisa realizada pelas Nações Unidas em dezenas de países, apontou a palavra **Amazônia** entre as 10 mais citadas pelo grande público. Entre os nomes que estavam à frente no ranking destacam-se Marlboro, Coca-Cola e Microsoft, marcas de empresas que faturam bilhões de dólares por ano. Das 10 palavras mais conhecidas no mundo, a única que não movimenta enormes volumes de recursos é Amazônia. (Guimarães, 1999).

Além do desenvolvimento social, "a marca amazônia" deve contemplar o desenvolvimento e o repasse das tecnologias amazônicas, entrando no âmbito da informação e conhecimento.

O desenvolvimento social deve envolver a disseminação de capacitação humana desde o nível básico, como a alfabetização, até o nível específico. Lembrando que só a alfabetização não basta<sup>3</sup>.

Por outro lado, o desenvolvimento social não envolve só a educação, questões relacionadas à saúde, habitação e saneamento, ainda são gravíssimas no Brasil, quanto mais na Amazônia.

O resultado da análise do desenvolvimento social dos eixos da Amazônia apontou um déficit que consumiria recursos equivalentes a um PIB do Brasil para o seu equacionamento. Para a análise, buscou-se inicialmente quantificar o déficit social de cada eixo a partir das deficiências conhecidas de cada um dos municípios que o compõe, tomando-se como referência padrões médios das regiões mais desenvolvidas do País (Bara Neto, 1999).

Outra questão fundamental para o desenvolvimento da Amazônia se refere à viabilização empresarial dos projetos de desenvolvimento sustentável. Este aspecto deve procurar reverter a política de desenvolvimento da região.

Desde os anos 60, esta política sempre esteve calcada em subsídios, incentivos fiscais e outros benefícios para os empreendedores dispostos a trabalhar ali. A estratégia montada pelos governos militares, e levada avante pelos governos civis que os sucederam, tinha como premissa básica ocupar a região a todo custo. Segundo este modelo, aqueles que se aventurassem a criar gado, montar uma empresa ou cortar madeira na região teriam a sua disposição crédito subsidiado, descontos em impostos, alguma infraestrutura e as bênçãos do Governo Federal (Guimarães, 1999). Este modelo teve como reflexo, a deficiente capacidade empresarial da região aliada à ausência de tecnologias apropriadas.

---

<sup>3</sup> Uma pesquisa do CNPq apontou as deficiências na formação do brasileiro constatando o analfabetismo funcional entre 69% a 81% dos trabalhadores entrevistados. Segundo a pesquisa, os entrevistados não conseguiam distinguir a diferença entre fatos e opiniões ao ler um texto, e se o texto tivesse mais que 30 linhas, não conseguiam sequer reconhecer a informação básica (Novaes, 1999).

Mais uma vez se aplica aqui a questão do desenvolvimento social associado ao desenvolvimento científico e tecnológico próprios para a Amazônia. Neste âmbito, temos a necessidade do desenvolvimento de tecnologias amazônicas para as questões energéticas, agrícolas, de saneamento e industriais. Contemplando também a transferência das tecnologias amazônicas, entrando no âmbito da informação e conhecimento.

A viabilização financeira deste **Fundo** (arquivo anexo) seria feita através de marketing ecológico (conforme figura 01). A venda da "marca amazônia" seria concretizada pela equipe do "Conselho administrativo" do **Fundo Marca Amazônia**, que iria estabelecer uma estratégia para implementação e venda do **selo**. As empresas<sup>4</sup> que comprarem o **selo** estarão adquirindo o direito de o divulgarem em seus produtos e campanhas publicitárias como "empresa amiga da Amazônia". Por outro lado, estarão se comprometendo a reverter 1% do valor dos seus produtos ao **Fundo**.

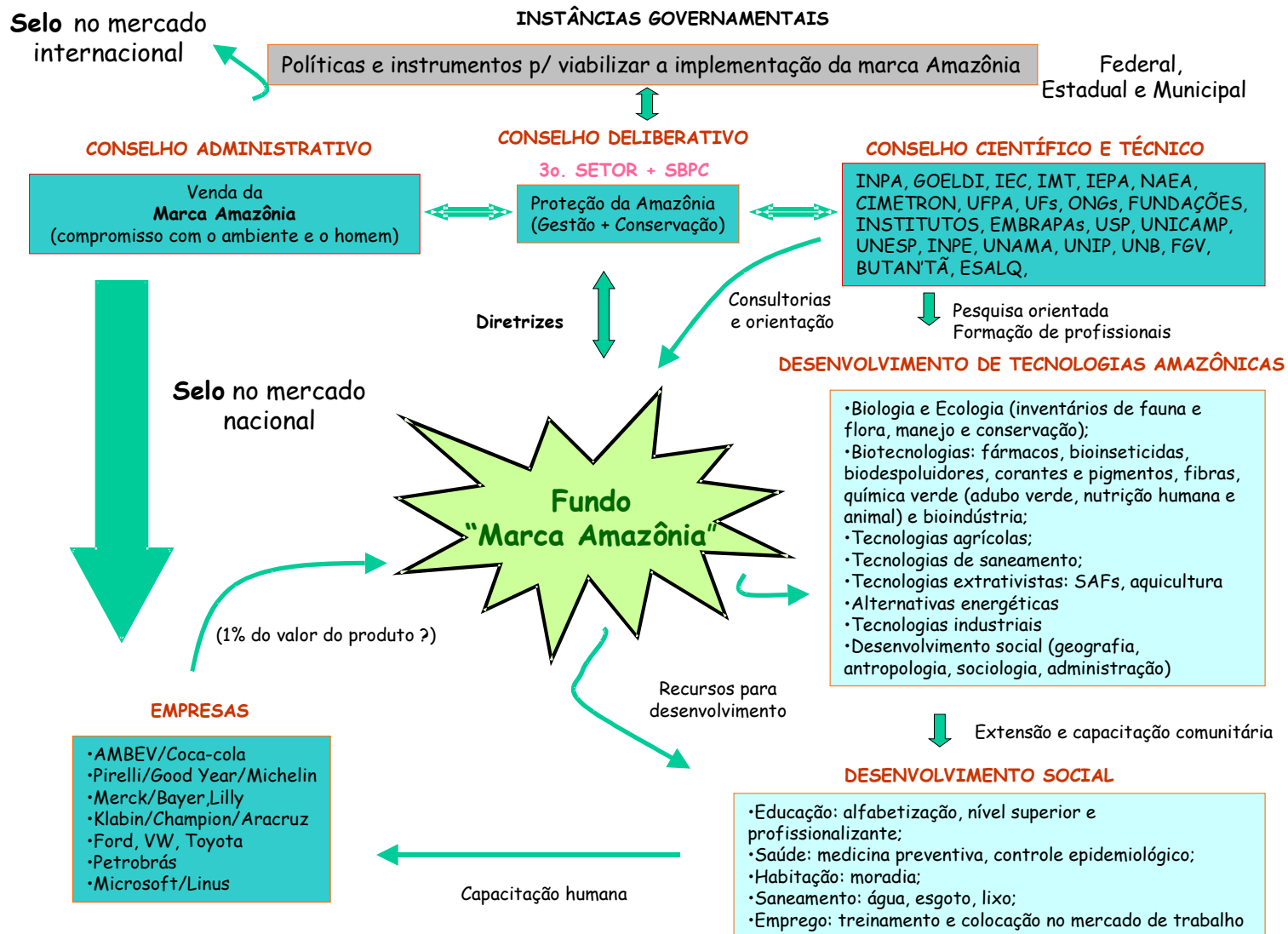
A gestão deste **Fundo** poderá ser realizada através de um "Conselho deliberativo", composto por organizações da sociedade civil representativas do terceiro setor na região e talvez integrantes da SBPC. A proposta de se integrar a SBPC neste **Fundo**, justifica-se pela necessidade da viabilização de uma estratégia tecnológica para questões amazônicas e para o Brasil de uma forma geral.

Em 1997 o Brasil investiu 1,18% do seu PIB em ciência e tecnologia, sendo que mais de 50% deste total era proveniente do governo federal e 17% dos estados e municípios. As empresas responderam por menos de 30% deste valor.

Segundo a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais, quanto maiores as empresas menor a porcentagem do faturamento investido em ciência e tecnologia. Enquanto esta é a realidade brasileira, nos EUA as empresas respondem por mais de 50% dos investimentos em ciência e tecnologia, e no Japão ultrapassam 80% do valor total investido.

---

<sup>4</sup> É fundamental que as empresas que adquiram o **selo** estejam em dia com os compromissos ambientais (legais e éticos), lembrando que no futuro elas serão beneficiárias das tecnologias desenvolvidas, podendo ser priorizadas em sua absorção.



**FIGURA 1 – Fundo Marca Amazônia**

Por outro lado, o Governo Federal não dá sinais de implementar uma política efetiva para o setor. No atual plano de governo, o Avança Brasil (PPA 2000-2003), menos de 1,6% do total a ser investido destina-se ao setor de ciência e tecnologia (ou informação e conhecimento). Apesar de ainda ter de passar por aprovação no Congresso, este reduzido orçamento pode ser contingenciado pela "tentativa" de ajuste fiscal, que só no ano passado reduziu 40% do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, e neste ano os cortes já ultrapassaram os 20%.

Infelizmente a formação educacional nacional não habilita a sociedade nem para o trabalho, nem para o julgamento de questões fundamentais. Neste momento, somente a sociedade civil organizada e a academia poderão buscar uma estratégia para viabilizar este setor. O **Fundo Marca Amazônia** poderá ser uma alternativa para se implementar uma política tecnológica para a Amazônia.

Por outro lado, será que não é mais do que justa a cobrança de uma participação das empresas para o desenvolvimento de uma tecnologia ambiental que favoreça o desenvolvimento social do nosso país?

O Brasil é campeão mundial de desigualdade social, com 63,4% da renda nacional em mãos de 20% da população (dados da ONU). Desta maneira, não conseguiremos implementar uma política ambiental efetiva. É mais do que sabido que o desenvolvimento sustentável (crescimento econômico?) não pode ser viável enquanto não eliminarmos a miséria e investirmos em educação e evolução tecnológica.

É fundamental reverter a ganância das empresas e reduzir as desigualdades sociais. O atual modelo de relações internacionais comerciais beneficia amplamente a corporações transnacionais enquanto aumenta a pobreza das nações em desenvolvimento. "Antes que haja uma convulsão social generalizada, é preciso o estabelecimento de normas para as relações econômicas internacionais fundadas na equidade e no respeito à dignidade humana (Montoro, 1999)".

Enquanto isso não ocorre, ou melhor, já como parte deste processo, podemos **cobrar** uma efetiva participação das empresas atuantes no Brasil a investir na

conservação e gestão dos recursos naturais da maior floresta tropical do planeta.

Este **Fundo** proporcionaria o desenvolvimento de tecnologias e capacitação profissional em diversos níveis, ao passo que os resultados das pesquisas seriam implementados pelas comunidades, e acompanhados diretamente pelo "Conselho científico e técnico", que estabeleceria a estratégia para o desenvolvimento social.

#### **Literatura Citada:**

**BARA NETO, 1999 - Relatório de Caracterização e Análise dos Eixos - CONSÓRCIO BRASILIANA/ATECH, Programa Brasil em Ação - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - BNDES (PBA/CN-01/97).**

**PROJETOS DEMONSTRATIVOS/A - PPG7, 1999 - Avaliação de seis projetos demonstrativos (PD/A).**

**GUIMARÃES, A. 1999 - Oportunidades de Negócios na Amazônia: Alternativas Sustentáveis - Artigo produzido para o Workshop Amazônia : AVALIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Macapá, AP.**

**MONTORO, A F., 1991 - Crise Mundial: Mercado ou Normas - ILAM/SP.**

**ROMEIRO, A R. e REYDON, B. P., 1998 - SOS Amazônia - Carta-moção do Seminário sobre a Amazônia.**